

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. GENERAL PAZUELLO)

Dispõe sobre o prazo máximo para a emissão de licenças, autorizações e comunicações por órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para que órgãos e entidades da administração pública direta e indireta concluam a análise e emitam decisão sobre pedidos de licenciamento, autorização ou comunicação exigidos para:

I – a instalação, operação ou ampliação de empreendimentos econômicos;

II – a realização de transações bancárias e fiduciárias que dependam de anuência, comunicação prévia ou autorização de órgãos públicos.

Art. 2º O prazo de 60 (sessenta) dias será contado a partir da data de protocolo completo da documentação exigida pelo órgão competente.

§ 1º A não emissão da licença, autorização ou manifestação no prazo estabelecido implicará a concessão tácita do pedido, salvo nos casos em que haja exigência técnica devidamente fundamentada, encaminhada por escrito ao requerente dentro do prazo estipulado.

§ 2º Na hipótese de exigência complementar, o órgão competente deverá encaminhar, dentro do prazo previsto, notificação com a solicitação única de todas as exigências a serem cumpridas, reiniciando-se a contagem do prazo a partir do novo protocolo de atendimento às exigências. O



órgão deverá, ainda, conceder prazo razoável para o cumprimento das exigências, não inferior a 30 (trinta) dias, salvo em casos de comprovada urgência ou complexidade.

§ 3º Decorrido o prazo legal sem a emissão de parecer conclusivo ou exigência formal, considerar-se-á o pedido deferido com validade plena para todos os efeitos legais.

Art. 3º A concessão tácita ou expressa de licença, autorização ou comunicação não exime o solicitante da responsabilidade por não conformidades, omissões ou falsidades nas informações prestadas, com dolo ou culpa, que venham a ser apuradas posteriormente, sujeitando-o às sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

Art. 4º Esta Lei disciplina, no que couber, os prazos estabelecidos em:

I – Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, que fixa normas nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, fauna e flora;

II – Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;

III – Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental.

Art. 5º Esta Lei revoga as disposições em contrário, especialmente aquelas que estabeleçam prazos indefinidos ou excessivamente longos para a emissão de licenças, autorizações e comunicações por órgãos e entidades da administração pública direta e indireta.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei visa garantir a previsibilidade, a racionalidade e a segurança jurídica nas relações entre o Estado e os agentes econômicos, estabelecendo prazo máximo de 60 dias para que órgãos públicos federais, estaduais e municipais se manifestem sobre pedidos de licenças, autorizações ou comunicações relacionadas a atividades econômicas e financeiras.

Fundamenta-se nos princípios constitucionais da livre iniciativa (Art. 1º, inciso IV, e Art. 170, caput, da Constituição Federal), da função social da propriedade (Art. 5º, inciso XXIII, e Art. 170, inciso III, da Constituição Federal) e da eficiência da administração pública (Art. 37, caput, da Constituição Federal), ao reconhecer que a demora injustificada do poder público em emitir pareceres e decisões técnicas representa grave violação à estabilidade institucional e ao desenvolvimento econômico sustentável.

A ausência de prazos objetivos tem levado a um quadro crônico de insegurança jurídica e prejuízos econômicos generalizados. Empreendimentos estratégicos de infraestrutura, energia, saneamento e logística encontram-se travados, muitas vezes por anos, à espera de uma resposta formal de órgãos ambientais ou agências reguladoras. Essa paralisia contraria o interesse público, compromete a geração de empregos e mina a confiança de investidores nacionais e internacionais.

Como exemplo da gravidade da situação, destacam-se:

- Usina Termelétrica Suape II (PE): com operação postergada desde 2021 por ausência de licença de operação definitiva, apesar de ter capacidade instalada e investimentos superiores a R\$ 2 bilhões;
- Projeto Ferrogrão (MT-PA): travado há quatro anos, aguardando parecer conclusivo sobre impacto ambiental e consulta a comunidades indígenas;
- Porto Central (ES): projeto estruturante para a região Sudeste, suspenso indefinidamente por indefinições do licenciamento ambiental, mesmo com pareceres técnicos favoráveis em fases anteriores;
- Refinaria Abreu e Lima – 2ª Fase (PE): com expansão parada por falta de análise de impacto, mesmo após centenas de milhões em investimentos



preliminares;

- Parque Eólico Serra das Almas (BA): impedido de operar por ausência de licença final, com grave impacto sobre a matriz energética limpa no Nordeste;
- Planta de Processamento de Gás de Itaboraí (RJ): fundamental para o escoamento do gás do pré-sal, paralisada por indefinições em autorizações estaduais;
- Empreendimento portuário Porto São Luís (MA): licenças ambientais estagnadas há anos, embora o projeto seja parte do Plano Nacional de Logística.

Um exemplo recente e emblemático da urgência desta matéria é o caso do licenciamento para exploração de petróleo na Margem Equatorial. A demora na emissão de licenças ambientais para projetos de grande porte, como este, não apenas atrasa investimentos e a geração de empregos, mas também gera incerteza jurídica e afeta a percepção de segurança para o desenvolvimento de projetos estratégicos para o país. A necessidade de conciliar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental exige processos eficientes e transparentes, que garantam a previsibilidade para os investidores e a celeridade na tomada de decisões, sem comprometer a rigorosidade técnica e ambiental.

Considerando os prazos atualmente observados no Brasil, a situação é ainda mais crítica:

Órgão	Tipo de Licença	Prazo Legal	Prazo Real (média)
IBAMA/ Órgãos Estaduais	Licença Ambiental (LP/ LI/LO)	6 meses (cada etapa)	6–24 meses
ANEEL	Autorização de Geração	12–24 meses	18–36 meses
ANTT	Concessão Rodoviária	6–18 meses	12–24 meses



ANP	Licitação de Blocos	12–18 meses	18–24 meses
ANVISA	Registro de Produtos	90–360 dias	1–2 anos
Municípios	Alvará de Funcionamento	15–60 dias	30–180 dias

Esses descompassos entre os prazos legais e a realidade prática não são meros inconvenientes burocráticos; eles representam um fator de perturbação sistêmica aos planos de negócios e investimentos. A incerteza temporal, a imprevisibilidade e a morosidade excessiva geram custos adicionais significativos, como o aumento do custo de capital devido ao prolongamento dos projetos, a perda de oportunidades de mercado, a desvalorização de ativos e a inviabilização de empreendimentos que dependem de um cronograma preciso. Cientificamente, a gestão de projetos e a economia demonstram que a variabilidade e a extensão dos prazos impactam diretamente a taxa interna de retorno (TIR) e o valor presente líquido (VPL) dos investimentos, tornando-os menos atrativos ou até mesmo inviáveis. A falta de cumprimento de prazos razoáveis, portanto, não apenas frustra expectativas, mas causa prejuízos financeiros concretos e mensuráveis, desestimulando o ambiente de negócios e afastando investimentos essenciais para o desenvolvimento do país.

Além disso, há crescente burocracia em operações financeiras e fiduciárias que dependem de pareceres públicos — como no caso de alienações fiduciárias em áreas da União, autorizações para emissão de debêntures incentivadas e comunicações obrigatórias em transações de infraestrutura — o que compromete a fluidez do crédito no país.

Este Projeto de Lei não é permissivo ou flexibilizador irresponsável, mas sim um mecanismo de disciplina da gestão pública. Ele exige compromisso com a celeridade, transparência e objetividade nos processos decisórios do Estado, combatendo a inércia administrativa e a cultura do "embargo como regra".



Trata-se de um passo necessário para modernizar o licenciamento no Brasil, restaurar a confiança dos empreendedores e alinhar o país às boas práticas internacionais, onde os prazos públicos são respeitados e a segurança jurídica é condição para o progresso.

À luz do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 2025.

Deputado GENERAL PAZUELLO

